

**--- SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, REALIZADA
NO DIA VINTE SETE DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS.-----**

--- Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e três, pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

--- **Um**– APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA, BEM COMO DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA.-----

--- **Dois**–CONCURSO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO RESTAURANTE DAS PORTAS DO SOL-----

--- **Três**–PROPOSTA DE ADITAMENTO À TABELA DE TAXAS E DE LICENÇAS. -----

--- **Quatro**–ANTIGO MATADOURO MUNICIPAL – VENDA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE – ABERTURA DE CONCURSO. -----

--- **Cinco**–CRIAÇÃO DA COMUNIDADE URBANA DA LEZÍRIA DO TEJO. -----

--- **Seis**–REGULAMENTO MUNICIPAL DE TRANSPORTE PÚBLICO EM VEÍCULOS LIGEIOS DE PASSAGEIROS. -----

--- **Sete**–RELATÓRIO DA AUDITORIA DA *PRICE WATERHOUSE COOPERS* À CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----

--- **Oito**–APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS “PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”. -----

---O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:-----

---José Miguel Correia Noras, Luís Alberto Ferreira Leitão, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, António Xavier Martins Rocha Pinto, Carla Andreia Costa dos Santos, Carlos Manuel Luís Catalão, Celso Ricardo Pimenta Braz, Cláudio José Viveiros Sarmiento da Silva, Elmano de Almeida Matos, Eurico Mateus Guerra Saramago, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, João Luís Madeira Lopes, Jorge Manuel Assunção da Costa Rosa, José António Pisco Borrego, José Luís Marques Ferreira da Cruz, José Manuel Gaspar, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Manuel Albino da Conceição Rosa, Mónica Isabel Duarte Mendonça, Nuno Miguel Freire Gameiro Castelbranco, Pedro Nuno Pimenta Braz, Ricardo Zarco Martinho do Rosário, Rosalina da Piedade Melro Blaser Gaspar, Vasco Navarro da Graça Moura, Vicente Carlos Flor Batalha, Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves e Vítor Manuel de Sousa Varajão. -----

---**Presidentes de Junta:**-----

---José Ilídio da Fonseca Freire, Ezequiel Azinheira Louro, Joaquim Júlio da Luz Saramago, Manuel Joaquim Vieira, António Manuel Simões Cordeiro Duarte, Eva Sofia Ferreira Quaresma Costa, Joaquim da Silva Lucas da Graça, Basílio Duarte Oleiro, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Luís Manuel Madeira Mena Esteves, Diamantino Carvalho Vicente, Joaquim Manuel Gaspar Aniceto, Mário José Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Beirante Gomes Beja, Francisco José Viegas Santos, Joaquim Manuel Barreiros Mateiro, José António Coelho Madeira, António João Ferreira Henriques, Luís Manuel da Graça Batista, Ricardo Luís da Costa, Sebastião Morgado Ribeiro, Luís Maria Severino Arrais, Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar, José Daniel Graça Madeira, Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro, Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha, Firmino Joaquim Prudêncio D' Oliveira e Joaquim António Salgado Canha. -----

--- Verificaram-se as seguintes ausências:-----
--- Hélder Nuno Jesus Cruz Oliveira Pombo. -----
--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, dando início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. ----
--- De seguida, deu a palavra ao senhor **Vicente Batalha** que efectuou a apresentação do seguinte **Voto de Pesar**:-----
--- “Foi hoje a enterrar em Pernes, Policarpo Marcelino Gonçalves, noventa e nove anos, o mais idoso filho da freguesia de Pernes. -----
--- Policarpo Marcelino Gonçalves, com sua mulher, Irene Cadima Gonçalves participou activamente na resistência portuguesa ao regime de Salazar e Caetano. ----
--- Os seus moinhos, sitos na freguesia de Vaqueiros, no lugar dos Rodeados, foram refúgio e residência de muitos resistentes antifascistas, tais como Álvaro Cunhal e o escritor neo-realista Soeiro Pereira Gomes. -----
--- Aí esteve instalada uma imprensa clandestina e ali se realizaram importantes reuniões do Partido Comunista Português (PCP). -----
--- Policarpo Marcelino Gonçalves foi preso pela PIDE/DGS e sofreu os seus métodos e perseguições.-----
--- Escreveu o livro “Alguns Apontamentos sobre as Recordações da Minha Vida”. ---
--- Em Novembro de dois mil e um passou a fazer parte do museu da resistência, constando o seu nome no livro então publicado na galeria dos resistentes portugueses, ao lado dos maiores vultos da nossa vida intelectual e política, opositores à ditadura. -----
--- Policarpo Marcelino Gonçalves honrou com o seu contributo de homem simples a terra e o concelho que o viram nascer. -----
--- Por isso, a Assembleia Municipal de Santarém reunida em sessão ordinária, no dia vinte e sete de Junho de dois mil e três, delibera: exarar em acta um Voto de Pesar pelo seu falecimento, e transmitir à sua família sentidas condolências”.-----

---Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação o **Voto de Pesar** em epígrafe, tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

---Prosseguiu-se o **Período de Antes da Ordem do Dia**, com a intervenção do senhor **Vicente Batalha** que referiu que o Alviela está de volta à ordem do dia da agenda política, porque o presente é negro, o futuro anuncia-se catastrófico e estão a esgotar-se palavras e discursos, considerando que as populações ribeirinhas do Alviela não podem continuar a ser ignoradas, tratadas com desprezo, violadas nos seus sentimentos, vivências e aspirações. -----

---Perguntou que força política tem Santarém. -----

---Salientou que esta semana o PCP voltou a percorrer a “via sacra” do Alviela. Infelizmente não pôde acompanhar essa visita, mas viu a reportagem, sempre breve, na SIC, considerando que aquilo que o País assistiu devia fazer corar de vergonha quem a tem, questionando onde pára o Ministério do Ambiente. Só a sua absoluta ausência propicia tal clima de impunidade. -----

---Destacou a requalificação dos Olhos de Água, referindo que o Alviela merece igual tratamento da nascente à foz, é isso que a população merece.-----

---Divulgou, aqui nesta Assembleia, a gravíssima situação do Sistema de Alcanena com a degradação da rede de quarenta quilómetros de colectores, a qual foi reconhecida publicamente pelo senhor Secretário de Estado do Ambiente.-----

---Referiu que, na última sessão ordinária desta Assembleia, apresentou uma Moção sobre o Alviela, onde durante o debate sublinhou ser imperioso que o Alviela volte ao debate político no seio do Governo, dado que o Sistema de Alcanena está à beira da ruptura. -----

---Salientou que depunha esperanças no diálogo com o senhor Secretário de Estado, na reunião que a Comissão do Ambiente e do Alviela desta Assembleia iria ter no passado dia vinte e sete de Maio. Todavia, uma situação que não quer classificar fez

os membros da referida Comissão ir dar um passeio à “senhora da asneira”, considerando que a Assembleia merece uma explicação da parte do senhor Presidente da Câmara. -----

--- Lembrou a intervenção da representante da Junta de Freguesia de Pernes, Adélia Veneno, na sessão de trinta de Abril último, na qual efectuou uma importante e significativa declaração sobre o Alviela e a tragédia de aluimento do lado nascente das Quedas de Água, no Mouchão Parque, e concluiu, questionando o que foi feito pelo presente e futuro do Alviela.-----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Ricardo Martinho do Rosário** referindo ter lido com agrado um artigo de opinião no jornal “Diário de Notícias”, no qual era defendida a criação de uma Universidade do Ribatejo e a deslocalização de alguns serviços centrais do Ministério da Agricultura para a região de Santarém. -----

--- Considerou que deveria haver um empenhamento maior, por parte de todas as forças políticas, no sentido do novo aeroporto ser construído, efectivamente, na Ota.--

--- Informou que teve lugar a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM, sugerindo que seja feito um esforço a fim da população em geral puder participar na revisão deste Plano.-----

--- Depois, foi dada a palavra ao senhor **João Madeira Lopes** que referiu que o Governo está a preparar a criação de novos Tribunais Administrativos para descentralizar essas funções. Salientou ser Santarém o distrito com maior número de processos, perguntando se a Câmara foi consultada em relação a esta matéria.-----

--- Interveio, de seguida, o senhor **Leonel Martinho do Rosário** salientando que decorreu este ano o quinquagésimo aniversário da Feira do Ribatejo, o qual, em seu entender, merecia uma comemoração mais efusiva.-----

--- Solicitou esclarecimentos em relação à dívida do Cnema ao Banco Totta. -----

--- Tomou a palavra, seguidamente, a senhora **Rosalina Melro** considerando que as barreiras de Santarém têm sido objecto de preocupação desta Assembleia, referindo

que a segurança de alguns moradores e utentes das vias rodoviárias da Ribeira e Alfange não estão a ser salvaguardadas.-----

---Deu conhecimento de que a deputada Luísa Mesquita, na Assembleia da República, expôs a gravidade da situação que não é recente e exige cada vez mais uma intervenção planificada e interdisciplinar, capaz de garantir a sustentabilidade das Muralhas das Encostas, lembrando ser um problema de todos, Governo e Autarquia.-----

---Acrescentou que, face à escassez de recursos técnicos e financeiros de qualquer autarquia, foi solicitado ao Governo, ao abrigo da Constituição da República, que os Ministérios envolvidos informem o Grupo Parlamentar do PCP, quer das medidas em execução, quer das medidas planeadas.-----

---Salientou que a CDU considera que esta Assembleia Municipal carece de informação quanto às medidas que estão a ser tomadas para impedir as derrocadas verificadas através das análises efectuadas pelo LNEC. -----

---Considerou importante que sejam clarificadas as responsabilidades, sem jogos de empurra, com realismo e sentido de responsabilidade nacional. -----

---Interveio, a seguir, o senhor **Manuel da Silva Cordeiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Figueira, solicitando esclarecimentos relativamente à falta de resposta da Câmara Municipal aos ofícios da sua Junta de Freguesia. -----

---Depois, interveio o senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, que se referiu ao problema do Alviela, sublinhando a intervenção do senhor Vicente Batalha.-----

---Salientou ter retirado uma amostra das lamas proveniente dos “by-pass” oriundos da ETAR de Alcanena, sugerindo que as mesmas sejam analisadas de modo a se verificar os níveis de toxicidade das mesmas. -----

---De seguida, foi dada a palavra à senhora **Eva Quaresma Costa**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoster, que manifestou todo o seu empenhamento na

resolução dos problemas da sua freguesia, exigindo respostas concretas às questões por si apresentadas. -----

--- Prosseguiu, referindo-se ao problema da falta de água em Vila Nova do Coito, Albergaria e Guxerre, perguntando para quando está prevista a conclusão do depósito da água em Casal do Paúl. -----

--- Solicitou esclarecimentos em relação à extensão de saúde, ao caminho municipal mil trezentos e sessenta e sete e ao caminho agrícola entre o Casal da Charneca e o Casal de Além. -----

--- Pediu a ajuda da Autarquia na resolução do problema com a EPAL, relativamente aos estragos provocados pelas obras de qualificação do Alviela. -----

--- Deu conta ter solicitado a intervenção do corta-balsas, há mais de dois meses, dado haver ervas em alguns locais que ocupam grande parte das estradas, o que até à presente data ainda não aconteceu. -----

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que a Câmara tem feito tudo o que está ao seu alcance relativamente ao Alviela, tendo sido, inclusive, mandado efectuar um levantamento exaustivo de todas as potenciais fontes poluidoras nas margens do Alviela no concelho de Santarém, destacando terem existido contactos com o Ministério do Ambiente no sentido de haver uma maior fiscalização. -----

--- Relativamente ao Tribunal Administrativo, informou ter sido a Câmara a contactar o Governo, para se disponibilizar para uma reunião com vista à instalação deste organismo em Santarém. -----

--- No tocante à dívida do Cnema ao Banco Totta, esclareceu que a actual administração do CNEMA solicitou uma reunião ao Conselho de Administração do Banco Totta a fim de criar condições para resolver, de uma forma mais definitiva, os seus compromissos financeiros. Nessa reunião foi solicitada a prorrogação do prazo para o pagamento da dívida e que fosse estudada e analisada pelo Banco uma

proposta de aumento de capital do Cnema, a qual foi aceite.-----

---Prestou esclarecimentos em relação às barreiras de Santarém, dando conta de alguns procedimentos que estão a ser tomados ao nível do saneamento básico.-----

---Adiantou que na reunião mantida com o senhor Ministro das Obras Públicas o primeiro tema abordado foi a questão das barreiras.-----

---Quanto ao depósito de água no Casal do Paul, informou que o mesmo se encontra concluído, encontrando-se em fase de experimentação.-----

---Em relação à EPAL, disse ter havido contactos com vista a solucionar os prejuízos causados pela intervenção naquela área.-----

---Quanto à recuperação dos caminhos, referiu que as obras se encontram em fase de adjudicação e, concluiu, esclarecendo, relativamente à falta de água terem sido tomadas algumas medidas a fim de evitar que o problema se mantenha.-----

---Terminado o Período de Antes da Ordem do Dia, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**.-----

---**PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA, BEM COMO DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA**.-----

---Interveio o senhor **Vicente Batalha** que começou por se referir ao relatório do DGUA/Ambiente, querendo saber o ponto da situação do processo de recolha das embalagens, o qual considera estratégico para a política de reciclagem, bem como a previsão para a entrada em funcionamento da Central de Triagem.-----

---Solicitou esclarecimentos em relação às obras de reabilitação do Teatro Sá da Bandeira, cujos trabalhos foram iniciados a dez de Abril último, dado terem sido achados vestígios arqueológicos, questionando se esta situação vai ou não ter influência no andamento das referidas obras. Assim como em relação às obras em curso na Praça Sá da Bandeira.-----

--- Referiu que não constam da presente informação muitas áreas da actividade da Câmara, considerando importante que, numa área sensível como é o saneamento básico, em que se está a fazer um esforço de cobertura, houvessem elementos de análise do funcionamento das nossas ETARs, recomendando que os mesmos sejam enviados regularmente, pelo menos, às Juntas de Freguesia. -----

--- A seguir, interveio o senhor **António Simões Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, prestando esclarecimentos relativamente aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Acompanhamento do PPI, dando conta da taxa de execução do Plano Plurianual de Investimento.-----

--- Referiu existirem, no relatório fornecido pela Câmara, obras que estão ainda por executar quando as mesma já foram realizadas. -----

--- Depois, usou da palavra, o senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, perguntando como será possível que, passados ano e meio de mandato, não se vislumbre qualquer relevância nas principais necessidades da sua freguesia, salientando que Vaqueiros se encontra praticamente isolado em virtude do mau estado das vias de comunicação. -----

--- Tomou a palavra, seguidamente, o senhor **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, que perguntou sobre o ponto da situação das obras de saneamento básico que estão a decorrer na Ribeira de Santarém.-----

--- Solicitou esclarecimentos relativamente à primeira e segunda fase do projecto Almargem. -----

--- Quis saber qual a previsão para a realização das obras de recuperação do muro de suporte do Cemitério da Ribeira de Santarém, o qual, provavelmente, não irá aguentar mais um Inverno.-----

--- Perguntou que medidas foram tomadas em relação às casas devolutas que são um perigo para quem circula na via pública.-----

---Usou, a seguir, da palavra o senhor **António Simões Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, solicitando esclarecimentos em relação aos desenvolvimentos havidos na reunião com a REFER, realizada no passado dia vinte e seis de Junho, sobre as passagens desniveladas.-----

---Referiu-se ao problema da Estação Elevatória de Alcanhões, informando que o conflito com o proprietário do terreno envolvente se encontra resolvido, havendo a necessidade da deliberação relativa à expropriação ser anulada, de modo a que possa ser dada ordem ao empreiteiro para recomeçar os trabalhos.-----

---Concluiu, congratulando-se com a candidatura da Câmara Municipal ao Mercado de Alcanhões, manifestando a sua disponibilidade para ajudar na requalificação do arneiro.-----

---Depois, tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** prestando esclarecimentos em relação à Comissão de Acompanhamento do PPI, considerando ser uma inovação este tipo de relações entre a Câmara e a Assembleia Municipal. Referiu, no tocante às obras que estão por realizar e que na realidade já foram efectuadas, se deve ao facto do relatório em análise ser de Maio.-----

---Considerou a intervenção do senhor Presidente da Junta de Vaqueiros injusta tendo em conta que muitas das suas reivindicações são já de há décadas.-----

---Relativamente à reciclagem, referiu existir alguma contradição nesta matéria, em virtude de quem explora os aterros receber consoante a quantidade de lixo que ali é depositado, daí não haver muito interesse nesta matéria. Salientou que, em sua opinião, deveria haver parâmetros quantitativos de reciclagem de forma a evitar situações desta natureza.-----

---Quanto aos vestígios arqueológicos encontrados no Teatro Sá da Bandeira, confirmou a existência dos mesmos, esclarecendo que este assunto não irá ter influência no andamento das obras de recuperação do referido Teatro.-----

--- Em relação às ETARs, salientou ter dado instruções no sentido de serem elaborados relatórios trimestrais para remeter à Juntas de Freguesia. -----

--- Afirmou que a Ribeira de Santarém, neste momento, é a freguesia com mais obras em curso, destacando que o muro de suporte do Cemitério e a Casa da Portagem irão ser objecto de intervenções dentro em breve. -----

--- Sublinhou que a questão da Estação Elevatória de Alcanhões estará resolvido, num curto espaço de tempo, dado o problema da expropriação se encontrar ultrapassado. -----

--- Intervieram novamente os senhores **Vicente Batalha e António Simões Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, para solicitarem breves esclarecimentos em relação às suas anteriores intervenções. -----

--- De imediato, o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu não ter havido equívoco em relação à reunião com o senhor Secretário de Estado do Ambiente, dado que ele próprio também tinha uma reunião agendada, para essa mesma data, com aquele governante. -----

--- Referiu que o Executivo está sensibilizado em relação a esta nova fase do Alviela, considerando importante que a Administração Central invista nesta matéria, pois só assim será possível dar solução ao problema em causa. -----

--- No tocante às passagens desniveladas, informou que a REFER, neste momento, não tem muita vontade em dar andamento ao assunto, apesar de existirem alguns compromissos assumidos, mas se puder adiar fá-lo-á. Todavia, o senhor Ministro das Obras Públicas demonstrou vontade em resolver a questão das passagens desniveladas o que poderá ajudar na resolução do problema. -----

--- *Este ponto não carece de qualquer votação.* -----

--- **PONTO DOIS – CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE EXPLORAÇÃO DO RESTAURANTE DAS PORTAS DO SOL.** -----

---Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

---“Dando sequência à deliberação camarária de sete de Abril último, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia, nos termos da alínea q), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o artigo dez, do Decreto-Lei número trezentos e noventa/oitenta e dois, de dezassete de Setembro, se digne autorizar a abertura de Concurso Público, para concessão do restaurante mencionado em epígrafe, nos termos do caderno de encargos e programa de concurso, que se juntam”. -----

---Interveio o senhor **João Luís Madeira Lopes** congratulando-se com a abertura deste concurso público o qual irá proporcionar a entrada em funcionamento do Restaurante das Portas do Sol, lamentando que aquele espaço, de grande importância para a cidade, esteja encerrado há tanto tempo. -----

---Concluiu, enunciando um conjunto de medidas que deveriam ser tomadas com vista à divulgação da nossa gastronomia, considerando ainda haver muito a fazer em termos gastronómicos no concelho de Santarém. -----

---Depois, usou da palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** regozijando-se com a previsão da abertura, a curto prazo, do restaurante das Portas do Sol. -----

---Considerou que a Câmara, na concessão deste espaço, deverá optar pelo critério da qualidade e não remuneratório, de modo a que o restaurante em causa possa ter uma prestação de serviço de qualidade. -----

---A seguir interveio o senhor **Luís de Almeida** referindo que Santarém, em seu entender, possui qualidade em termos gastronómicos, destacando alguns restaurantes com qualidade, mas que têm um défice de clientes. -----

---Considerou ser necessário que as pessoas adiram a estes locais de modo a que as coisas possam prosseguir, caso contrário dificilmente poderão continuar abertas. -----

---Por último, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** prestando alguns esclarecimentos, informando que a autarquia está a trabalhar em conjunto com a

ARESP no sentido de divulgar a gastronomia de Santarém. -----

--- Esgotadas as intervenções o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Concurso Público para a Concessão do Direito de Superfície de Exploração do Restaurante das Portas do Sol**, nos termos da alínea l), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO TRÊS – PROPOSTA DE ADITAMENTO À TABELA DE TAXAS E DE LICENÇAS**. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “De acordo com o estipulado na alínea cinco, do artigo terceiro, do Regulamento e Tabelas de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais, em vigor nesta Câmara Municipal, e dando sequência à deliberação camarária de dezasseis do corrente mês, cabe-me propor à Exma Assembleia a alteração da mesma, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

--- O motivo desta alteração encontra sustentação na publicação do Decreto-Lei número trezentos e dez/dois mil e dois, de dezoito de Dezembro, o qual transferiu para as Câmaras Municipais, competências até então cometidas aos Governos Civis.--

--- Junta-se documento donde consta os montantes das correspondentes taxas a aplicar às diversas situações de licenciamento”. -----

--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Aditamento à Tabela de Taxas e de Licenças**, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido

aprovada por unanimidade.-----

---PONTO QUATRO – ANTIGO MATADOURO MUNICIPAL – VENDA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE – ABERTURA DE CONCURSO.-----

---Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

---“Dando sequência à deliberação camarária de dezassete do corrente mês, cabe-me propor à Exma Assembleia a aprovação da proposta de **Antigo Matadouro Municipal – Venda do Direito de Superfície**, nos termos da alínea i), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

---Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Antigo Matadouro Municipal – Venda do Direito de Superfície**, nos termos da alínea i), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade.**-----

---PONTO CINCO – CRIAÇÃO DA COMUNIDADE URBANA DA LEZÍRIA DO TEJO.-----

---Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

---“Dando sequência à deliberação camarária de dezassete do corrente mês, cabe-me propor à Exma Assembleia a aprovação da proposta de **Criação da Comunidade Urbana**, nos termos do número um, do artigo quatro, da Lei número dez/dois mil e três, de treze de Maio, que estabelece o regime de criação, o quadro de competência das áreas metropolitanas e o funcionamento dos seus órgãos”.-----

---Interveio o senhor **Pedro Pimenta Braz** procedendo à leitura de uma recomendação, da sua autoria, sobre a criação da Grande Área Metropolitana do Ribatejo.-----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Vicente Batalha** referindo que a Lei dez/dois mil e três, de treze de Maio, na sua leitura, é uma tentativa de dar resposta ao sentido de inquietação e profunda preocupação de muitos autarcas deste País, que anseiam por medidas concretas de descentralização, sem a qual o Poder Local não poderá cumprir-se na plenitude.-----

--- Salientou que na perspectiva do senhor Secretário de Estado da Administração Local trata-se de mais um passo para enterrar definitivamente a criação das regiões administrativas, lembrando que a instituição das referidas regiões é um preceito constitucional que não foi cumprido.-----

--- Afirmou que, por um lado, a presente legislação assenta numa lógica de associação de municípios, procurando alimentar a ideia, falsa, de que pelo nível intermunicipal se preencheria a intervenção na definição e condução de políticas regionais; por outro lado, os municípios, com a adesão, ver-se-ão despojados de numerosas atribuições e competências e poderes efectivos para a gestão dos seus territórios em importantes domínios; por último, importa referir que esta legislação é uma clara limitação ao direito de livre associação municipal, constitucionalmente consagrado. -----

--- No caso concreto, considerou ser positivo o facto da base da comunidade urbana ser a Associação de Municípios da Lezíria do Tejo. -----

--- Concluiu, referindo que, neste quadro, e na defesa intransigente dos interesses das populações onde a desconcentração/regionalização com legitimidade democrática pode vir a ocupar lugar insubstituível, a CDU não inviabiliza a criação da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo. -----

--- Usou, depois, da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** referindo que a proposta oriunda do Executivo Municipal visa reforçar o papel dos municípios integrados na Associação da Lezíria do Tejo.-----

--- Salientou que o tema regionalização continua na ordem do dia, considerando

haver a ausência de um elo intermédio na estrutura administrativa do nosso país. -----

---Manifestou a sua concordância com o conteúdo da recomendação apresentada pelo deputado Pedro Pimenta Braz. -----

---Retomou a palavra o senhor **Pedro Pimenta Braz** esclarecendo que a sua recomendação não é contraditória com a proposta apresentada pela Câmara. -----

---Tomou a palavra, a seguir, o senhor **Celso Braz** considerando que uma das características vantajosas desta proposta é sem dúvida no âmbito do ordenamento do território. -----

---De seguida, interveio novamente o senhor **Vicente Batalha** salientando não ter dito que as propostas eram antagónicas. -----

---A seguir, usou da palavra o senhor **Jorge Costa Rosa** considerando que a recomendação apresentada pelo senhor Pedro Pimenta Braz, nesta altura, não faz qualquer sentido tendo em conta a criação das comunidades urbanas. -----

---O senhor **Presidente da Assembleia** interveio esclarecendo não ser intenção da Mesa apresentar a recomendação em causa como qualquer mecanismo de confronto em relação à proposta da Câmara. -----

---Considerou que a referida recomendação poderá funcionar como uma complementaridade à proposta do Executivo. -----

---Intervieram novamente os senhores **Pedro Pimenta Braz e Celso Braz** para prestarem breves esclarecimentos. -----

---Depois, foi dada a palavra ao senhor **Leonel Martinho do Rosário** que referiu não ver incompatibilidade entre as duas propostas. -----

---Manifestou a sua discordância em relação à posição do senhor Vicente Batalha, considerando-a ser, de certa forma, redutora. -----

---Usou da palavra novamente o senhor **Vicente Batalha** salientando não perceber em que é que o anterior orador discorda da sua intervenção. -----

---Considerou que, no contexto da recomendação apresentada, todo o país poderá ser

uma grande área metropolitana. Sublinhou que apesar da referida recomendação não ser antónima da proposta da Câmara, tem dúvidas se as mesmas se poderão complementar-----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Vasco Graça Moura** lembrando que o país, através de referendo se manifestou contra a regionalização.-----

--- Salientou que PSD apresentou formas de descentralização no âmbito desta Lei. ----

--- Considerou que se deveria discutir o ponto cinco em concreto deixando os outros aspectos para a devida altura.-----

--- Por último, interveio o senhor **Presidente da Câmara** referindo que o presente diploma proporcionou aos municípios algumas tomadas de decisão e repensar algumas formas de associação.-----

--- Salientou subscrever por inteiro a recomendação do senhor Pedro Pimenta Braz, considerando importante a Assembleia pronunciar-se sobre as duas propostas. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Criação da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo**, nos termos do número um, do artigo quatro, da Lei número dez/dois mil e três, de treze de Maio, tendo sido **aprovada por maioria**, com uma abstenção. -----

--- **PONTO SEIS – REGULAMENTO MUNICIPAL DE TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIOS DE PASSAGEIROS.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezassete do corrente mês, cabe-me propor à Exma Assembleia a aprovação da proposta de **Projecto Regulamento Municipal de Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transportes em táxi**, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de

Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

---Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Regulamento Municipal de Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros**, nos termos da alínea i), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

---**PONTO SETE – RELATÓRIO DA AUDITORIA DA PRICE WATERHOUSE COOPERS À CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM**.-----

---Interveio o senhor **Jorge Costa Rosa** tecendo algumas considerações em relação ao Relatório da Auditoria, enumerando um conjunto de procedimentos incorrectos no tocante aos documentos comprovativos das despesas. -----

---Manifestou a sua preocupação relativamente à forma como a Câmara Municipal de Santarém tem sido gerida, neste últimos anos. -----

---Questionou porque razão a Câmara, se tinha interesse nesta Auditoria, não forneceu todos os documentos solicitados pelos auditores. -----

---A seguir, usou da palavra o senhor **Vítor Alves** que fez uma análise exhaustiva do relatório apresentado, salientando que o mesmo, na sua parte final, apresenta um conjunto de medidas e recomendações importantes que, no seu entender, devem ser urgentemente seguidas. -----

---Depois, tomou a palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** que referiu que as auditorias, no seu entender, valem aquilo que valem, destacando preferir entendê-las como um acto pedagógico o qual permite aperfeiçoar e corrigir procedimentos. ---

---Interveio, de seguida, o senhor **Luís Almeida** considerando que a Auditoria foi solicitada na perspectiva de melhorar o funcionamento da Câmara e foi efectuada com bastante sentido de responsabilidade. -----

--- Salientou que o PSD também teve responsabilidades na gestão da Autarquia dado ter havido vereadores com pelouros atribuídos.-----

--- Tomou a palavra, depois, o senhor **Pedro Braz** salientando a honestidade política e a clarificação intelectual que foi levado a cabo pela presidência da Câmara ao mandar proceder a esta auditoria. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Cláudio Sarmento** referindo ter ficado perplexo com as afirmações proferidas pelo senhor Luís Almeida, relativamente à responsabilidade do PSD na gestão da Câmara. -----

--- Considerou que uma auditoria trata de analisar as irregularidades e as vicissitudes e foi isso que o seu colega de bancada fez. -----

--- Usou da palavra, novamente, o senhor **Vítor Alves** referindo que as Auditorias, no seu entender, são para levar a sério. -----

--- Salientou que a Auditoria se debruçou em aspectos de suma importância que deveriam merecer a preocupação quanto aos problemas levantados. -----

--- Acrescentou que a Auditoria, no seu relatório, não detecta procedimentos dolosos, ilegais ou incorrectos, personalizados, o que a mesma refere é a preocupação que deve presidir em relação ao funcionamento do Município. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** esclarecendo que não pretendeu de forma alguma desvalorizar a Auditoria, sublinhando que prefere entendê-la como um acto de gestão normal.-----

--- Interveio novamente o senhor **Luís Almeida** prestando esclarecimentos em relação à sua anterior intervenção, referindo não ter sido ele que focou a “gestão de mercearia”.-----

--- Seguidamente, tomou a palavra o senhor **Vítor Varajão** considerando que não se pode retirar do documento apenas aquilo que se quer, salientando que, na sua opinião, o mesmo revela o PS no seu pior. -----

---Usou, depois, da palavra o senhor **Vasco Graça Moura** referindo não compreender porque razão estes documentos foram colocados à discussão desacompanhados de uma informação sobre a posição a tomar pelo Executivo. -----

---A seguir, interveio o senhor **Presidente da Assembleia** salientando ter havido, em matéria de controlo financeiro, progressos significativos, depois de uma acção inspectiva realizada pelo Tribunal de Contas, sob a sua presidência na Câmara, no decurso do mandato passado. -----

---Prosseguiu, tecendo algumas considerações no tocante às questões levantadas pelos auditores, considerando fundamental que a Câmara promova um trabalho de confronto entre os serviços financeiros e os mesmos auditores, de modo a clarificar as dúvidas levantadas.-----

---Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que felicitou o senhor Vítor Alves pela sua intervenção, a qual vem ao encontro da sua posição relativamente a esta matéria. -----

---Salientou ser de extrema importância a realização destas auditorias de modo a melhorar o funcionamento dos municípios, acrescentando ser sua intenção continuar a utilizar este tipo de procedimentos durante o seu mandato. -----

---Esclareceu não ter sido o Executivo a solicitar o agendamento deste assunto para a presente sessão, até porque está marcada uma reunião com os auditores de modo a clarificar algumas dúvidas entretanto levantadas.-----

---Referiu já terem sido tomadas medidas com vista a melhorar alguns procedimentos, destacando que o relatório contém um conjunto de mensagens, recomendações e propostas, extremamente úteis para o funcionamento da Câmara Municipal, cabendo, agora, ao Executivo por em prática essas sugestões. -----

---*Este ponto não carece de qualquer votação.* -----

---**PONTO OITO – APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS
“PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES”**

ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”.-----

--- Pelo senhor **Pedro Nuno Pimenta Braz** foi apresentada a seguinte proposta de Recomendação:-----

--- “Constituição da Grande Área Metropolitana do Ribatejo”-----

--- “Considerando a necessidade de se promover o desenvolvimento sustentado de Portugal numa União Europeia que se deseja inovadora, solidária e moderna. -----

--- Considerando a adesão de dez novos Países à União Europeia no dia um de Janeiro de dois mil e quatro, facto esse que constituirá, quer um novo estímulo e uma janela de novas oportunidades para Portugal, quer uma profunda alteração do quadro económico e geopolítico comunitário. -----

--- Considerando as fragilidades estruturais do nosso País, que se traduzem, por exemplo, em desequilíbrios profundos entre um litoral cada vez mais populoso e um interior cada vez mais pobre e desertificado.-----

--- Considerando que a Lei dez/dois mil e três, de treze de Maio – a qual estabelece o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das áreas metropolitanas e o funcionamento dos seus órgãos -, encerra um conjunto de atribuições que têm de ser potenciadas e desenvolvidas através de uma genuína interacção e articulação regionais. -----

--- Considerando que neste contexto, as Grandes Áreas Metropolitanas constituirão identidades de maior potencial de desenvolvimento, não só pelo maior capital humano e extensão territorial apresentados, mas também pela maior disponibilidade de meios que conseguirá aglomerar em torno de objectivos comuns. -----

--- Considerando que o Ribatejo constitui uma identidade específica que importa preservar e desenvolver e que, no contexto da Lei dez/dois mil e três, de treze de Maio, cumpre os requisitos territoriais e demográficos atinentes a uma Grande Área Metropolitana. -----

---Considerando assim, que numa Grande Área Metropolitana do Ribatejo seria uma realidade com melhores condições para, não só assegurar a identidade cultural da nossa região, mas também de suscitar um desenvolvimento social, cultural e económico de grande qualidade para as nossas populações, numa união Europeia cada vez mais alargada. -----

---Considerando ainda, que a constituição e consolidação de tal área metropolitana, poderá ser um factor importante numa futura reorganização ao nível das NUT II. -----

---Considerando finalmente que, não obstante a Câmara Municipal de Santarém ter votado favoravelmente uma proposta que visa a criação da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, nada impede o desenvolvimento das negociações com os municípios da região inclua a Associação de Municípios do Médio Tejo. -----

---Vem a Assembleia Municipal de Santarém, nos termos das disposições legais e regimentais aplicáveis, aprovar a seguinte RECOMENDAÇÃO dirigida à Câmara Municipal: -----

---Que a Câmara Municipal de Santarém apresente uma proposta a esta Assembleia Municipal, com vista à criação da Grande Área Metropolitana do Ribatejo, com sede na cidade de Santarém, sendo necessário para tal iniciar, desde já, as diligências necessárias com todas as Câmaras Municipais das Associações de Municípios da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo. -----

---Devem também ser contactadas outras Câmaras Municipais que, não fazendo parte do distrito de Santarém, possam no entanto estar interessadas em integrar esta grande área metropolitana. -----

---Deve ainda o senhor Presidente desta Assembleia Municipal de Santarém enviar cópia desta recomendação a todos os municípios do distrito de Santarém, bem como a todos aqueles que façam fronteira com o distrito de Santarém. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou aos representantes dos partidos políticos se existiam condições para votar esta recomendação, tendo havido concordância. -----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a recomendação em epígrafe tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e um votos a favor, dois votos contra e vinte e três abstenções. -----

--- Pelo senhor **Jorge Costa Rosa** foi efectuada a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “O PSD absteve-se na votação desta recomendação, porquanto versando esta constituição da Grande Área Metropolitana do Ribatejo, e tendo o PSD defendido uma área metropolitana que tivesse Santarém como centro, aquando da campanha eleitoral autárquica, o certo é que a criação das comunidades urbanas tal como a Lei número dez/dois mil e três, de treze de Maio as define, vem produzir os efeitos em termos de articulação entre os municípios que se desejam unidos, quer por tradições, quer por elementos comuns de âmbito geográfico, cultural, social, etc.. -----

--- Esta é a justificação do voto do PSD”. -----

--- Pelos senhores **Leonel Martinho do Rosário, Jorge Costa Rosa, Vicente Batalha, Aire Lopes e Ricardo Costa** foi apresentada a seguinte proposta: -----

--- “ROSA DAMASCENO” -----

--- “Que seja constituído um grupo de trabalho com base no Secretariado da Assembleia Municipal, o qual poderá agregar as entidades e instituições que julgar convenientes, com o objectivo de encontrar uma solução entre a Câmara de Santarém e o dono do imóvel classificado, no sentido de o restituir à utilização cívica e cultural da nossa cidade”. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Vicente Batalha** que se congratulou com o consenso havido em relação ao Teatro Rosa Damasceno. -----

---Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta em epígrafe, tendo sido **aprovada por maioria**, com quatro abstenções. -----

---Não participou na discussão e votação desta proposta o senhor **António Xavier Rocha Pinto**. -----

---Pelo senhor **Leonel Martinho do Rosário** foi apresentada a seguinte proposta de Recomendação: -----

---“MURALHAS E BARREIRAS DE SANTARÉM” -----

---“Considerando que:-----

---As muralhas e as barreiras do planalto de Santarém são um património histórico-cultural e paisagístico da cidade, classificados por Decreto-Lei como de interesse público, que urge a todo custo preservar.-----

---As observações efectuadas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil na encosta virada a Alfange revelam um «cenário de deslizamento activo», que em caso de aceleração implicará medidas de evacuação e realojamento de locatários em Alfange. -----

---Apesar das acções desenvolvidas pela Câmara, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o Poder Central começam a atribuir à Câmara Municipal de Santarém a responsabilidade pela resolução do assunto para o qual esta não dispõe de meios técnicos nem financeiros. -----

---Assim, face à gravidade do problema e à urgência em o resolver, propõe-se: -----

---Que a Assembleia Municipal delibere efectuar uma sessão extraordinária para analisar, discutir e equacionar no mais curto espaço de tempo o problema das Muralhas de Santarém”. -----

---Usou da palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** manifestando a sua preocupação em relação à situação das barreiras e muralhas de Santarém, salientando alguns dos locais mais problemáticos das referidas barreiras.-----

--- Interveio, depois, o senhor **Vicente Batalha** congratulando-se com a apresentação desta proposta, considerando ser um problema de extrema importância que justifica plenamente um debate alargado.. -----

--- Por último, usou da palavra o senhor **Eurico Saramago** manifestando a sua concordância com a proposta apresentada, a qual vem ao encontro de uma proposta formulada pelo então vereador Carlos Rodrigues.-----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a proposta em epígrafe a votação tendo sido **aprovada por unanimidade.** -

--- Tendo em conta a urgência deste assunto e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Dois, Três, Quatro, Cinco e Seis**, tendo sido **aprovados por unanimidade.** -----

--- Nos termos da Lei e do Regimento, o Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** o qual não se concretizou por ausência de intervenientes. -----

--- Eram duas horas e quarenta e cinco minutos do dia seguinte, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada. -----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida, a redigi e subscrevi.

-----**O PRESIDENTE**-----

-----**O PRIMEIRO SECRETÁRIO**-----

ACTA Nº. 13/2003
Sessão de 27 de Junho de 2003

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO** -----

--- _____